

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

THE IMPORTANCE OF FAMILY IN THE PROCESS OF INCLUSION

André Suehiro Matsumoto¹
Adriane Roberta Ribeiro de Macedo²

Resumo: A inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular depende, em grande parte, da participação da família no processo educativo, esta tem um papel de suma importância no desenvolvimento e aprendizagem da criança especial. O objetivo deste trabalho é analisar o papel da família no processo de inclusão, partindo dos seguintes questionamentos: Como é o processo de aceitação das famílias que têm crianças com NEE? Quais são as mudanças na vida destas famílias que possuem crianças com NEE? E Qual a importância da família para estas crianças? Para tentar responder a estas questões o trabalho está dividido em três blocos, no primeiro faz-se um retrocesso de aspectos históricos e conceituais em relação à Educação Especial; no segundo discute-se os impactos causados na família em relação a uma criança com NEE e no terceiro reflete-se o papel da família no contexto contemporâneo, principalmente em questões educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão. Família. Processo educativo. Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Indivíduo deficiente.

Abstract: The inclusion of children with special needs in regular education depends largely, on family participation in the educational process, this is an extremely important role in child development and learning special. The objective of this paper is analyze the role of family in the process of inclusion, based on the following questions: What is the process of acceptance of families who have children with SEN (special educational needs)? What are the changes in the lives of these families who have children with SEN (special educational needs)? And what is the importance of family to these children? To help answer these questions the study is divided into three blocks, it is the first in a regression of historical and conceptual aspects in relation to Special Education, in the second discusses the impacts on the family in relation to a child with SEN and the third reflects the role of family in the contemporary context, especially in inclusive educational issues.

Keywords: Inclusion. Family. Educational process. Special Educational Needs (SEN). Disabled individuals.

¹ Especialista em Educação Especial (IFMS); E-mail: andre.suehiro@gmail.com.

² Mestre em Literatura e Crítica Literária (IFPR); E-mail: andre_uems@hotmail.com.

Introdução

Segundo Moura; Valério (2003) a vinda de uma criança representa uma série de significações, como alegria, orgulho, união de pessoas queridas e principalmente a celebração da vida, ou seja, o nascer simboliza novas possibilidades. No entanto, para algumas famílias o nascimento pode não ser uma representação da alegria e sim momentos de lágrimas, desespero, confusão e medo, ocasionando assim uma (des)estruturação no estilo de viver do núcleo familiar.

Partindo disso, destaca-se o pensamento de Blascovi-Assis (1997) quando diz que a chegada de uma criança deficiente pode ocasionar transformações na família advindas de sentimentos de culpa, rejeição, desespero ou negação, fazendo com que as relações sociais na família sejam alteradas.

Tendo esse difícil contexto no núcleo familiar, as pessoas envolvidas neste processo necessitam iniciar adequações necessárias de fortalecimento como condição de aceitar a diferença como algo normal para propiciar o desenvolvimento da criança, dessa forma Moura; Valério (2003) nos diz que é vital que os pais se conscientizem da importância de seu papel nos primeiros meses de vida e dos problemas e ansiedades que podem ser criados, bem como serem informados de sua responsabilidade e dos efeitos profundos e dos impactos das suas ações ou omissões sobre o crescimento e desenvolvimento de seus filhos, pois é nesse período que os pais deverão ser motivados a procurar apoio especializado para superar tais dificuldades.

De acordo com afirmações de Glat (1989), a família influencia no processo de integração social da criança com NEE, e que a questão da influência deve ser vista por dois aspectos, o primeiro é a facilitação ou impedimento que a família traz para a integração da pessoa portadora de deficiência na comunidade, e a segunda é a integração da pessoa com deficiência na sua própria família. Integração não é viver em função do deficiente, Glat (1989) enfatiza dizendo que essa visão é falsa, porque o integrar é construir juntamente com a criança especial seu espaço social, fazendo com que esta criança se reconheça de forma natural no convívio familiar.

É importante que a família realize adaptações para o desenvolvimento da criança especial, nesse sentido Assumpção Junior (1993) recomenda que o melhor caminho seja que a família demonstre sua condição humana em todas as acepções do termo, isto é, seres que almejam se transformar, buscar e lutar, pois dessa forma a família cria um ambiente que oportuniza e oferece segurança a essa criança, assim um lugar seguro proporciona a criança NEE se descobrir e conhecer a sociedade.

Atualmente, no âmbito das pesquisas relacionadas a temas educacionais, deve-se ressaltar o grande enfoque que se tem dado às questões sobre práticas integrativas e inclusivas de sujeitos considerados portadores de necessidades especiais. Nesse sentido, surgem inúmeros estudos baseados em várias vertentes com o intuito de promover novos direcionamentos no que tange a formação do sujeito.

Partindo desta premissa, é necessário questionar a seguinte problematização: Como é o processo de aceitação das famílias que têm crianças com NEE? Quais são as mudanças na vida destas famílias que possuem crianças com NEE? Qual a importância da família para estas crianças?

O trabalho se justifica pela necessidade de um maior espaço de reflexão sobre os desafios e perspectivas no que se refere ao papel da família no contexto das práticas educacionais inclusivas. Diante disso, o trabalho propõe estabelecer inter-relações entre correntes teórico-filosóficas sob um enfoque analítico-reflexivo no contexto atual.

Nesse sentido, o estudo estabelece as seguintes etapas: na primeira faz-se um retrocesso de aspectos históricos e conceituais em relação à Educação Especial; na segunda discute-se os impactos causados na família em relação a uma criança com NEE, no que se refere a aceitação e a adoção de novas posturas e por último reflete-se o papel da família no contexto contemporâneo, principalmente em questões educacionais inclusivas.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo identificar as mudanças na família que têm crianças com NEE e sua importância.

1. Revisão de literatura

1.1 Breve histórico da Educação Especial

Verifica-se que o contexto da Educação especial é marcado por questões de caráter polêmico, contraditório e complexo, pois a sociedade vive um momento marcado pelas incertezas, tudo acompanhado pelo processo de globalização, característica esta da pós-modernidade. (HALL, 2007).

Primeiramente é preciso conceituar o termo Educação Especial, assim Loureiro; Santos (2002) dizem que é o processo que visa desenvolver o potencial de pessoas com deficiências, abrangendo diferentes graus do sistema de ensino, tendo como base teórica e prática adequados conforme as necessidades apresentadas pelos educandos. Esse processo educativo promove o desenvolvimento das habilidades das pessoas portadoras de deficiência, abrangendo os vários níveis do sistema de ensino, por meio de metodologias específicas conforme as necessidades, assim formando sujeitos conscientes, cidadãos e participativos no meio social.

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) foi adotado em 1994 na declaração de Salamanca, pela UNESCO, e definido como abrangendo todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências, mas também crianças com altas habilidades/superdotadas, crianças de rua, de minorias étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou com dificuldades educacionais.

Teóricos como, Bueno (1993), Mendes (2001), destacam que, no Brasil, o início da Educação Especial deu-se por meio da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação às primeiras instituições, Dota; Alves (2007) afirmam que historicamente as primeiras instituições de educação especial criadas, eram: asilos, manicômios, onde se isolavam os deficientes auditivos e visuais da sociedade. E as primeiras instituições voltadas

para a educação especial não conseguia atender as reais necessidades de seu público, mas a partir da década de 30 esses órgãos se expandiram.

De acordo com Bairrao (1998) o termo NEE refere-se ao desfasamento entre o nível de comportamento ou de aprendizagem da criança a qual dela se espera em função da sua idade cronológica. Este conceito de NEE engloba todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino/aprendizagem, não comuns à maioria dos alunos da mesma idade, por apresentarem dificuldades ou incapacidades que se refletem numa ou mais áreas de aprendizagem.

No Brasil, a Educação especial se constituiu a partir de um modelo médico ou clínico. Sob esse enfoque o olhar médico tinha precedência: a deficiência era entendida como uma doença crônica e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional, era considerado pelo viés terapêutico. Glat (1989) e Fernandes (2005) destacam que a avaliação e identificação eram pautadas em exames médicos e psicológicos com ênfase em testes projetivos e de inteligência, e na rígida classificação etiológica.

Na maioria das instituições de educação especial o trabalho era organizado com base em um conjunto de terapias individuais orientadas pela medicina como fisioterapia, fonoaudiologia, Psicologia, psicopedagogia, entre outras. Dessa forma, pouca ênfase era dada à escolarização, que não ocupava mais do que uma pequena fração do horário dos alunos.

Glat (1989) e Fernandes (2005) ainda destacam que a educação escolar não era considerada prioritária, ou possível, principalmente para aqueles com deficiências cognitivas, múltiplas, ou distúrbios emocionais severos. O trabalho educacional era voltado apenas, para a autonomia nas atividades de rotina e relegado a um interminável processo de ‘prontidão para a alfabetização’, sem maiores perspectivas, já que não havia expectativas de que esses indivíduos ingressassem na cultura letrada formal.

Já na década de 70 a educação especial foi caracterizada pela institucionalização da Educação Especial. O sistema educacional público passou a garantir o acesso à escola aos alunos com deficiências. Em 1973 foi criado, no Ministério da Educação, o CENESP — Centro Nacional de Educação Especial, que introduziu a Educação Especial no planejamento das políticas públicas educacionais. Por iniciativa do CENESP, foram implantados subsistemas de Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino através da criação de escolas e classes especiais. Também sob os auspícios desse órgão foram implementados projetos de formação de recursos humanos especializados em todos os níveis, inclusive com o envio de docentes para cursos de pós-graduação no exterior o que permitiu o desenvolvimento acadêmico e científico da área (FERREIRA; GLAT, 2003).

Na década de 80 o discurso dominante passou a ser a integração do deficiente a sociedade que tornou-se a matriz política, filosófica e científica da Educação Especial. Neste cenário surgiu o paradigma educacional conhecido como Integração. Este visava preparar alunos das classes e escolas especiais para ingressarem em classes regulares, quando receberiam, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas. (GLAT, 1989)

Com o passar do tempo, este modelo passou a ser criticado, por exigir uma preparação prévia dos alunos com deficiências para a sua integração no ensino regular. A Integração mantinha, então, o problema centrado no aluno, retirando toda a responsabilidade da escola, a qual caberia apenas ensinar àqueles que tivessem condições de acompanhar as atividades

regulares, concebidas sem qualquer preocupação com as especificidades dos que apresentavam necessidades especiais. Conseqüentemente, a maior parte desses educandos manteve-se matriculada em escolas ou classes especiais, por não apresentar condições de ingresso nas turmas regulares. (FERREIRA; GLAT, 2003).

A partir de então, as estratégias e práticas tradicionais da Educação Especial começaram a ser questionadas, dando início a busca por alternativas pedagógicas menos segregadas. Culminando, na década de 90, com a proposta da Educação Inclusiva, em que a proposta é oferecer um ensino de qualidade para todos os educandos, inclusive para aqueles que apresentem necessidades educacionais especiais.

1.2 A aceitação e a mudança na vida das famílias com crianças com NEE

Percebe-se em nossa sociedade que a presença de um filho gera impactos emocionais na família, isto é, desde o processo de gestação até o nascimento, no entanto, se esta criança vier com necessidades especiais, o contexto se transforma dependendo da visão de quem o recebe no núcleo familiar.

Glat (2004) destaca que quando nasce um filho especial, com características distintas do padrão culturalmente reconhecido como “normal”, a estrutura de funcionamento familiar básico se rompe, os sentimentos e as representações anteriores se deterioram, e instala-se uma crise de identidade grupal. Por mais unida ou harmônica que seja a família, essa crise é inevitável, pois toda a ilusão construída durante a gestação é destruída. Duque; Glat (2003) destacam que a sensação é de como se toda a família imaginária construída por esses pais desaparecesse e uma nova família real tivesse que ser criada.

Nunes et al. (1998), exemplificam que durante a gravidez, e mesmo antes, os pais sonham com aquele ‘filho ideal’, que será bonito, saudável, inteligente, forte e superará todos os limites; aquele filho que realizará tudo que eles não conseguiram alcançar em suas próprias vidas. Além da decepção, o nascimento de um filho portador de deficiência causa o reajustamento de expectativas, planos e a vivência de situações críticas e sentimentos difíceis de enfrentar. E passado o período de luto simbólico, a forma como a família se posiciona frente à deficiência pode ser determinante para o desenvolvimento do filho.

Buscaglia (1993) ressalta que toda a família é atingida pela notícia da deficiência. Glat (2004) ainda cita a perda da identidade da família e a centralização na criança deficiente como, por exemplo, a mãe da menina surda, o pai do menino cego e caracteriza essa fase como o luto da família por receber uma criança deficiente em seu seio.

Krynski (1983) destaca que há fases vivenciadas pela família da criança com deficiência como, por exemplo, a fase do alarme, do estresse, da angústia, da rejeição e da revolta, que costumam ocorrer logo após a notícia.

Serra (2010) ressalta que qualquer que seja o nível sócio-econômico da família, há sempre a busca de cura milagrosa e a crença em práticas de seriedade duvidosa. Da notícia à aceitação da realidade é um longo caminho e nem todos os pais conseguem superar o momento do luto do filho saudável. Buscaglia (1993) destaca que os sentimentos mais comuns encontrados nos pais são culpa, vergonha, medo, incerteza e depressão.

Silva e Dessen (2007) também fazem algumas considerações sobre este período na vida da família que recebe uma criança deficiente em que o impacto sentido pela família é

intenso. Brito e Dessen (1999) destacam que esse momento é traumático, podendo causar uma forte desestruturação na estabilidade familiar. O momento inicial é sentido como o mais difícil para a família de acordo com Petean (1995), a qual tem que buscar a sua reorganização interna.

De acordo com Casarin (1999), a reorganização familiar fica mais fácil quando há apoio mútuo entre o casal. Nesse caso, o ambiente familiar pode contribuir para o desenvolvimento e crescimento da criança e as famílias restabelecem o seu equilíbrio de maneira variada, dependendo dos recursos psicológicos utilizados para tal fim.

Carter e McCarthy (1971) afirmam que após a chegada da criança com deficiência toda a rotina da família é alterada, principalmente a da mãe que tem a vida profissional paralisada e ainda deve fazer as tarefas para os demais membros. A família costuma ter sua renda reduzida em razão da permanência da mulher em casa e as despesas aumentadas, já que os gastos com terapias e tratamentos específicos duram por quase toda a vida da criança.

Para Glat (2004) essa crise é inevitável e pode gerar até mesmo a separação do casal após o nascimento do filho deficiente. Belsky et al (1985) ressaltam que a qualidade conjugal declina com o nascimento dos filhos e que o fracasso de qualquer um dos cônjuges é uma ameaça à intimidade. Um casamento que desenvolveu intimidade é mais capaz de responder ao desafio da paternidade e maternidade e às mudanças que elas trazem.

Neste percurso, tanto a família quanto a criança com deficiência precisarão enfrentar diariamente seus medos, frustrações e limitações, que são os efeitos diretos do estigma social a que toda a família está exposta.

Glat (2004) destaca que a extensão das adaptações impostas à família pela presença de um membro com deficiência inclui transformações internas de caráter afetivo, temporal e / ou econômico, até as requisitadas pela interação com as forças externas, oriundas da sociedade mais ampla.

Dessa forma, são muitas as mudanças na família do indivíduo com NEE, e o principal desafio é que os pais se organizem não de maneira superprotetora, tratando a criança com necessidades especiais como incapaz, e sim promovam a autonomia e a independência da criança. A autonomia precisa acontecer em primeiro lugar em casa, tendo-se em vista que a sociedade ainda não está preparada para receber igualmente o indivíduo com necessidades especiais.

Infelizmente, na sociedade existem pré-conceitos que foram estabelecidos culturalmente, e isso se comprova por meio da história, desta forma os paradigmas preconceituosos perpetuam à cada geração, nesse sentido o sujeito social não está preparado para tais questões, assim é necessário todo um processo de rompimento destas barreiras para o respeito e aceitação do “diferente”.

É preciso que haja todo um trabalho de conscientização com o intuito de fortalecer o grupo familiar, como uma espécie de aliado para o desenvolvimento pleno deste indivíduo, seja em todos os níveis, intelectual, emocional e principalmente o social. Nesse sentido, é primordial que haja uma interação na própria família como base para desenvolvimento cognitivo e principalmente a vida em sociedade.

Partindo desta perspectiva, o processo de aceitação da criança especial varia de cada família, pois isso depende da formação social, histórica, cultural e ideológica de quem se depara com o “diferente”.

A importância da constituição identitária do sujeito com necessidade especial depende dos fatores externos que são vivenciados em seu meio social, ou seja, a construção de valores e representações que se cristalizam na personalidade do indivíduo.

Assim, este trabalho visa promover um espaço reflexivo e flexível, direcionando práticas que despertam e resgatam um olhar sensível em torno da aceitação que é um longo caminho até que os pais da criança especial notem que esta é especial como qualquer outra criança, apenas apresenta uma limitação.

1.3 Reflexões sobre a importância da família no contexto contemporâneo para as crianças com NEE

A família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança, podendo proporcionar-lhe um ambiente de crescimento e desenvolvimento. A influência da família no desenvolvimento da criança se dá, principalmente, através das relações estabelecidas por meio da comunicação, tanto verbal como não verbal. Rey; Martinez (1989, p. 143) destacam que a família representa, talvez, a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, graças a enorme carga emocional das relações entre seus membros. Para a criança deficiente essa relação precisa acontecer mais do que nunca para que a criança possa se desenvolver e possa ser capaz de realizar diversas tarefas apesar de suas limitações.

Buscaglia (2006) destaca que a deficiência é uma condição, que quase sempre traz limitações, porém o fator decisivo que poderá tornar a pessoa com deficiência incapaz é a atitude da sociedade frente a esta limitação. Dr. Sol Gordon (1974 apud BUSCAGLIA, 2006), afirma que é a sociedade quem cria os incapazes, segregando e estigmatizando aqueles que possuem limitações. Consequentemente o maior impacto para aquele que possui a deficiência não é tanto a limitação em si, mas a postura da sociedade frente a esta deficiência.

Buscaglia (2006) destaca que muitas vezes médicos, psicólogos, professores e pais, apesar de bem intencionados se encarregam de tratar a criança deficiente como incapaz, porém é imperativo que aqueles que cuidam da criança deficiente estejam sempre alerta para não colaborarem nesse processo de auto afirmação da incapacidade.

A sociedade contemporânea ainda encontra dificuldades em incluir e aceitar igualmente aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Em muitas situações a família é uma das principais reprodutoras dessa afirmativa de incapacidade. Gomes (2009) destaca que através da Teoria do apego foi possível avaliar e identificar os sentimentos provocados na família, principalmente na mãe e no pai, quando do nascimento de um filho com deficiência.

A autora destaca baseando-se em Piaget que para que o desenvolvimento da criança ocorra é necessária a interação com o ambiente e a consequente socialização. Dessa forma a socialização e o diálogo são primordiais. Esta ação integrada envolve não só brincadeiras e afetividade, mas também a habilidade de comunicação, muitas vezes dificultadas pelas condições egocêntricas das crianças.

Nota-se dessa forma, que para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, é necessário um convívio, uma ligação afetiva, entre pais e filhos. Essa ligação é chamada de vínculo, vital para todos os seres humanos. É uma necessidade inata de atenção e cuidado.

Porém, os pais da criança com deficiência têm uma dificuldade na criação e manutenção deste vínculo, seja pelo choque de conceber um filho com determinada limitação ou pelas dificuldades que implicarão em sua criação, desenvolvimento e aprendizagem.

Bowlby (1989, p. 17) destaca que os pais precisam conhecer não só a natureza de um cuidado bem, sucedido, isto é que não venha reproduzir uma pessoa deficiente e incapaz, mas também as inúmeras condições sociais e psicológicas que influenciam positiva ou negativamente seu desenvolvimento.

A inclusão e aceitação da criança deficiente deverá acontecer primeiramente na família, dificilmente uma pessoa com deficiência conseguirá vencer as barreiras presentes na sociedade se não possuir um suporte familiar que não o considere como incapaz. Este é o principal e mais difícil papel da família na contemporaneidade. Serra (2010) destaca a necessidade dos pais de promover a independência da criança com deficiência a fim de desenvolver ao máximo as potencialidades do sujeito. De acordo com o autor os pais precisam lembrar a realidade dura, mas imutável, de que não são eternos e precisam outorgar os cuidados do filho especial a algum familiar ou pessoa de sua convivência que se disponha, mas também preparar o seu filho para a vida independente, com comportamentos socialmente aceitos.

Ainda com relação a inclusão Marques (2001) destaca que para que a efetiva socialização da criança com deficiência ocorra é necessária a interação entre família e escola, na medida em que os dois influenciam diretamente na educação do indivíduo. A presença dos pais na escola é importante, no que se refere ao relacionamento entre pais e professores, porque muitas vezes, os pais não sabem o que fazer diante de situações que aparecem na escola. Existem dúvidas e esclarecimento que cabem a escola, que deve ter uma equipe com condições de promover debates e orientar a família sobre os mais diversos assuntos referentes as condições do aluno com deficiência. Dessa forma, a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos com deficiência tem um papel importante no desempenho escolar.

O papel dos pais na escola e na formação do indivíduo com deficiência deve ser permanente. É importante que os pais, professores compartilhem experiências. Segundo Silva apud Cosme (2002), a participação dos pais na educação, facilita a integração escolar dos filhos. Dessa forma, o aluno sente-se incluído e aceito de forma plena no seio familiar e no ambiente escolar.

Lopes (2000) destaca que o aluno com necessidades especiais é tão especial quanto qualquer pessoa e traz novamente a questão da importância da família no processo de inclusão e socialização da criança com deficiência. Segundo o autor a família é a principal responsável pelas ações do filho com necessidades especiais, pois é ela que lhe oferece a primeira formação. A participação da família é de grande importância no movimento da inclusão, seja de forma individualizada ou por meio de organizações, é fundamental a sua participação, para que seja garantida a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas para seus filhos.

Na contemporaneidade o papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, no sentido de ser parceira vital no processo de integração (social, escolar) do portador de deficiência.

Correia (2008) destaca que a família constitui o alicerce da sociedade, ela é um dos principais agentes no desenvolvimento da criança e, apesar da existência de debate em torno do papel atual da família e da sua composição, ela permanece como o elemento-chave na vida

e desenvolvimento da criança. Por esta razão, a escola deverá sempre considerar a família nas decisões mais importantes com respeito à criança, seja normal ou com NEE.

De acordo com Giuseppe (1997) compete aos pais da criança portadora de deficiência possibilitar plenas condições para sua educação e desenvolvimento como segurança, gerada através da aceitação e na crença das potencialidades do indivíduo com deficiência; comunicação; desenvolvimento psicossocial e integração.

Percebe-se assim, a magnitude e importância do papel da família para o desenvolvimento do indivíduo com deficiência. Glat (1989) destaca que o homem é um ser social por natureza, necessitando para sua sobrevivência física e emocional de estar integrado e participando da vida comunitária de um grupo. E a família, como grupo social primário, desempenha a função formativa e determinativa no desenvolvimento da criança com deficiência. Para que a inclusão ocorra na sociedade, esta deve partir da família, em que o indivíduo com deficiência seja incluído nesta, e a família o inclua.

Considerações finais

É possível observar que a deficiência não representa incapacidade, mas sim uma limitação. Infelizmente a representação da condição de deficiente na sociedade é quase tão grave quanto a própria deficiência em si, pois é o meio social que rotula o indivíduo deficiente como capaz ou não.

A família possui um papel de suma importância no processo de inclusão social do indivíduo com deficiência. É no meio familiar que os primeiros passos para a construção da autonomia e da independência se iniciam, apesar do impacto e do choque após o recebimento da notícia e até mesmo das alterações na identidade da família decorrente de possuir um membro deficiente.

Entretanto, cada família enfrenta a deficiência de acordo com sua história, suas representações, crenças, valores culturais e condições objetivas, além da personalidade individual de cada membro, porém não resta dúvida que a influência familiar é determinante para o processo de integração social do indivíduo com deficiência. É através do relacionamento familiar que ele desenvolverá seus valores, perceberá o mundo e construirá a sua identidade. A compreensão da dinâmica das relações familiares, portanto, é essencial para a compreensão do indivíduo especial.

É importante que o indivíduo deficiente não ocupe na família exclusivamente o papel de deficiente ou incapaz, mas sim participe, na vida familiar cotidiana, inclusive nas situações sociais. A questão não é negar a deficiência ou os limites, mas sim, de aceitar e incorporar esse indivíduo à vida familiar, apesar de suas deficiências e limites.

Com relação ao ambiente escolar, deve haver neste uma participação ativa por parte dos pais do educando com necessidades especiais, pois muitas vezes a escola não consegue lidar sozinha com o desafio da escola inclusiva, não conhecendo a realidade, os anseios e até mesmo problemas do educando com deficiência.

Constata-se que a educação básica muitas vezes não consegue desenvolver métodos inclusivos dos educandos com NEE, lembrando que a questão é muito mais ampla, quando percebe-se a falta de investimentos no setor educacional, não sustenta nem os quesitos

essenciais na educação e isso implica uma série de fatores, como a formação inicial e continuada de qualidade, a infraestrutura e entre outros agravantes.

Verifica-se ainda que, é preciso que os pais da criança especial estejam empenhados para o bem comum juntamente com os profissionais especializados nessa questão. Somente com capacitação e um esforço conjunto da escola e família, será possível propiciar um ótimo desenvolvimento psíquico e motor para a criança especial.

Referências bibliográficas

- ASSUMPCÃO JUNIOR, F. B. **Deficiência mental, família, sexualidade**. São Paulo: Memnon, 1993.
- BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Org.). **Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções**. Espírito Santo: Edufes, 2006.
- BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BRITO, A.M.W.; DESSEN, M.A. **Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 1999.
- BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
- BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: RJ: Editora Record, 1993.
- CARTER, R. e McCARTHY, Michael. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Artes Médicas, 1995.
- CASARIN, S. Aspectos psicológicos na síndrome de Down. Em J.S. Schwartzman (Org.). In: _____. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999. p. 263-285.
- COSME, Ariana; Trindade, R. **Manual de sobrevivência para professores**. Porto: ASA, 2002.
- CORREIA, Luís de Miranda. **Inclusão e necessidade educativa especiais: um guia para educadores e professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.
- GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.
- _____. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.
- _____. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n.4, p.111-119, 1996.
- _____. & DUQUE, M. A. T. **Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003.
- GIUSEPPE, Rinaldi. **Educação Especial Deficiência Auditiva**. Secretaria de educação especial. Brasília, 1997. 2v.
- GOMES, Maria de Fátima Canuto. **Papel da Família na Inclusão de Alunos portadores de deficiência auditiva: Estudo de Caso na escola básica Eugénio Tavares**. Dissertação: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2009.
- LOPES, R. **O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais**. Disponível em:

<www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/oenvolvimentoda familia.htm>. Acesso em: 11 dez. 2011.

MARQUES, Ramiro. **Educar com os Pais**. Lisboa: Editora Presença, 2001.

MENDES, E.G. **Perspectiva para a construção da escola inclusiva no Brasil**. São Carlos, Editora EduFSCar, 2002.

MOURA, L.; VALÉRIO, N. **A família da criança deficiente**. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 47-51, 2003. (Cad. de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenv.)

NUNES, L. R. P., GLAT, R., FERREIRA, J. R. & MENDES, E. G. **Pesquisa em Educação Especial na pós-graduação**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

SERRA, D.C.G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UERJ, 2004.

_____. **Entre o limite e a esperança**. Sobre a inclusão de alunos autistas em escolas regulares. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, PUC-Rio. 2008.

SERRA, Dayse. Autismo, família e inclusão. Laboratório de Estudos Contemporâneos **POLÊMICA Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro. v. 9, n. 1, p. 40 – 56, jan./mar., 2010.

TELFORD, C.; SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.